

**Os petistas e a crise do socialismo real:  
os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais**

---

*Izabel Cristina Gomes da Costa<sup>1</sup>*

O artigo analisa alguns aspectos do debate petista sobre a crise do socialismo real. Investiga a incidência do colapso daquela experiência sobre as visões de socialismo no PT. O texto também aborda o diálogo e o confronto entre as heranças da II e da III Internacional e o socialismo petista – que fazia da ideia do “marco zero”, da construção de um “novo socialismo”, desapegado das tradições – a marca de nascença do seu projeto alternativo de sociedade.

Palavras-chaves: PT – Socialismo – Crise – “Marco Zero”

**The PT and the crisis of real socialism:  
the challenges of renovation and the legacies of traditional lefts**

The article examines some aspects of the debate held by PT on the crisis of real socialism. Investigates the impact of the collapse of that experience on the different visions of socialism within the PT. The text also analyzes the dialogue and confrontation between the legacies of the Second and Third International and the “petista socialism”, which made the idea of “ground zero” – the construction of a “new socialism” detached from the traditions –, the mark birth of its alternative project for society.

Keywords: PT - Socialism - Crisis - “Ground Zero”

Uma novidade irrompia no cenário político brasileiro no final da década de setenta: o movimento pela formação de um partido de trabalhadores, impulsionado pelas múltiplas mobilizações ocorridas no país, especialmente no ABC paulista. Para vários socialistas, a origem do PT desvelava importantes signos que suscitavam expectativas de uma renovação radical em relação às tradições das esquerdas.

Todavia, as representações que explicavam os fundamentos do PT estavam envoltas em mitos que davam sentido ao seu surgimento. A ideia do “novo” e do “marco zero” na história dos trabalhadores sustentava as convicções de que o partido estava livre do DNA das esquerdas tradicionais. Ele mesmo inventaria as suas tradições. Tecendo duras críticas às múltiplas heranças das esquerdas nacionais, o imaginário político petista determinava um novo marco temporal da história da luta operária e social no Brasil: antes e depois das grandes mobilizações de 78 e 79<sup>II</sup>. O tempo anterior estava marcado por um movimento manipulado pelo “populismo”. Para muitos, o lugar do trabalhismo era o “lixo da história”. Ele representava a “manipulação” e a “demagogia”. Por outro lado, rompia-se também com a herança comunista – espaço da “ortodoxia”, da ausência de democracia interna. Uma história permeada de equívocos e contradições.

Assim o PT nascia com grandes imprecisões sobre o seu projeto alternativo de sociedade. Transformando em virtude o que poderia ser um defeito, procurava fugir de outra tradição das esquerdas: os rachas infundáveis, muitas vezes em torno de questões pontuais. Convivendo no interior do partido com uma pluralidade de visões, tais indefinições demarcavam as discussões a respeito das origens socialistas do petismo.

O socialismo petista ganhou maiores definições no V e no VII Encontro Nacional, em 1987 e 1990. Este projeto se tornava o objetivo estratégico do PT. Num contexto internacional delimitado pelas avassaladoras mudanças no antigo “monólito”, sob a liderança carismática de Mikhail Gorbachev a partir de 1985, as resoluções refletiram as polêmicas abertas no campo das esquerdas. Mas também afirmaram com maior nitidez o compromisso com a proposta socialista. No V Encontro, a relação intrínseca entre socialismo e democracia também ocupava um lugar central no desenvolvimento da estratégia petista. O texto defendia ainda a inexistência de uma contraposição entre reforma e revolução, e a necessidade de integrar ao projeto transformador outros segmentos sociais, como os microempresários e os assalariados do mundo não fabril.

Em 1990, o VII Encontro Nacional aprofundava o acúmulo adquirido pelo partido: Com o sentido geral de nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva de nossa utopia concreta, isto é da sociedade socialista pela qual lutamos. Associadas às formulações do V Encontro, as resoluções apresentavam críticas mais nítidas ao modelo da social-democracia e também à perspectiva do socialismo real, incompatível com o projeto petista. Assim, o partido reafirmava o pluralismo ideológico, negando a sua filiação a qualquer filosofia oficial.

O I Congresso do Partido dos Trabalhadores, no ano de 1991, tornou-se o lugar, por excelência, das principais discussões sobre os caminhos petistas para alcançar o socialismo. O evento envolveu uma miríade de militantes e tendências através da realização de inúmeros debates, da formulação de vários textos e da publicação de cadernos de teses que circularam durante os encontros preparatórios.

A polêmica existente nos primeiros anos de criação do PT reaparecia, com outras tonalidades, no processo congressual, decorridos onze anos da sua fundação: era central ou não para o partido reafirmar a sua visão estratégica em direção ao socialismo? Determinadas lideranças partidárias, como o dirigente da Articulação, tendência majoritária do PT, José Luís Fevereiro, identificavam no I Congresso a imposição de uma “polarização doutrinária”, reduzindo o debate a uma dicotomia superficialmente construída pelos setores “órfãos ou herdeiros do leninismo mais ortodoxo”<sup>III</sup>. Logo, a agremiação havia perdido a oportunidade de avançar na sua estratégia de conquista do governo federal. Para muitos, a perplexidade instalava-se porque aquela arenga era “estranha à tradição majoritária do PT”. O partido continuava não tendo nada a ver com aquilo.

Reivindicando a abertura do debate, a revista Teoria e Debate se tornava o principal espaço de reflexão sobre os “caminhos estratégicos” para a transformação socialista do Brasil. O texto de abertura alertava sobre a centralidade destes questionamentos. Eles atingiam diretamente o partido e se relacionavam ao futuro da utopia socialista no país:

Não nos iludamos: a fábula que se conta hoje no mundo socialista diz respeito a nós. O que está em jogo é nada mais nada menos que o futuro de nosso projeto político de construir no Brasil um socialismo democrático. Se não decifrarmos esta esfinge em tempo, ela certamente nos devorará. Pior é que, a rigor, mesmo que a decifremos, talvez não estejamos em condições de escapar ao tipo de crise que

ronda hoje a experiência socialista. Mas pelo menos estaremos mais bem preparados para enfrentá-la, quando chegar - se chegar - a nossa hora<sup>IV</sup>.

O Partido dos Trabalhadores encontrava-se, então, diante da necessidade de exprimir de forma mais concreta o que era o tal do socialismo petista. As definições vagas – “Nem socialismo real nem social-democracia” – demonstravam-se insuficientes para os seus desafios. Instaurar um profundo balanço sobre as heranças compartilhadas pelas esquerdas e traçar novas perspectivas para o socialismo no final do século XX tornavam-se possibilidades através das quais o partido poderia sobreviver aos vendavais, sofrendo as menores avarias possíveis, dotando-o de condições de responder às crises e de propor alternativas nos tempos mais difíceis.

### **Em nome de Marx: os marxismos e as experiências socialistas do século XX**

Avaliando a realização dos prognósticos marxistas nas primeiras experiências socialistas do século XX, um tema se impunha: a tomada do poder. Mapeando os processos revolucionários ocorridos a partir de 1917, Daniel Aarão Reis questionava a base socialista dessas insurreições após a derrota das suas antigas classes dominantes, desconstituindo a clássica visão de que tais processos tornaram-se vitoriosos sob essa bandeira. Assim como a Revolução Russa, esses movimentos foram compostos por uma multiplicidade de projetos que congregou, num determinado momento, distintos objetivos: a libertação nacional, a questão agrária, a luta antiditatorial, a paz, as melhores condições de trabalho, os diversos socialismos<sup>V</sup>.

Para Marco Aurélio Garcia, a visão petista sobre o poder não devia limitar-se às duas tradições clássicas dos movimentos das esquerdas: “um dos avanços do PT é abandonar a ideia do poder como um lugar a ser tomado e reformado (proposta social-democrata) ou tomado, destruído e reconstruído (proposta revolucionária clássica)”<sup>VI</sup>.

No campo das correntes “marxistas revolucionárias” encontravam-se as definições clássicas sobre os processos revolucionários do século XX. Revoluções socialistas na sua essência, elas lideraram uma miríade de mobilizações. Observavam-se, assim, traços característicos, apesar da existência de várias estratégias.

### **Renovação ou restauração? As visões da crise no bloco soviético**

As visões diferenciadas, muitas vezes dicotômicas, que conviviam no PT, possuíam pontos em comum quando o assunto era a caracterização do Estado soviético.

Muitos reivindicavam o processo revolucionário ocorrido em 1917. Mas, por caminhos distintos, grande parte das correntes e dos militantes petistas defendia a inexistência do socialismo na URSS, e, por consequência, nos demais países do bloco comunista. A exceção ficava por conta do caso cubano e do pouquíssimo conhecido “enigma chinês”.

Os países do chamado socialismo real recebiam muitas denominações que tentavam destacar algum aspecto deste modelo: ditaduras burocráticas, estados pós-capitalistas, estados operários degenerados ou deformados, sociedades pós-revolucionárias, dentre outras nomenclaturas. Geralmente os militantes petistas encontravam dificuldades para fixar como socialistas as formações econômico-sociais existentes, fruto de revoluções sociais ou da ocupação do Exército Vermelho após a II guerra mundial. O socialismo deveria ser inerentemente democrático, tornando inconcebível a existência de uma matriz de tipo autoritário. Refugar esta ideia levava à reprodução de um pressuposto comum: a visão de um verdadeiro marxismo, puro, nunca implementado ou do qual tais processos haviam se desviado<sup>VII</sup>.

Entre aqueles que elaboravam uma crítica radical ao legado da III Internacional, também não era um ponto pacífico a definição da natureza de tais países. Para Augusto de Franco, eles representavam um “socialismo realmente inexistente”. E refutava a matriz da “teoria da degeneração” – a existência de uma fase socialista na revolução russa, posteriormente burocratizada e degenerada<sup>VIII</sup>.

Maurício Tragtenberg estabelecia o fim do sonho socialista de outubro de 17 a partir do ano de 1920. Sob Stálin, emergira na URSS um Estado burocrático e policial. Assim, o socialismo não havia sido derrotado “porque sequer existiu nessas regiões”<sup>IX</sup>. Adquirindo a forma de uma elite industrializante que procurou construir o chamado “socialismo em um só país”, a crise na URSS e no Leste confirmava as antevistas dos clássicos do marxismo sobre a impossibilidade desta tese, uma concepção bastante comum à maioria das correntes petistas. A diferença situava-se nas avaliações sobre o momento da degeneração. Para alguns o massacre de Kronstradt, uma insurreição de marinheiros e anarquistas severamente reprimida sob o comando de Lenin e de Trotsky. Para outros a ilegalidade das demais organizações e a proibição de frações no interior do partido bolchevique. Os trotsquistas delimitavam o final dos anos 20 como o marco da vitória da contrarrevolução burocrática; ou seja, após a morte de Lênin e da derrota de Trotsky na disputa dentro do PCUS.

Em vez de póscapitalistas, sociedades burocráticas précapitalistas. Defendendo esta visão, Vladimir Palmeira afirmava que os soviéticos, diante do fracasso de uma possível revolução europeia, levaram adiante somente um processo de independência nacional e de industrialização, e seriam incapaz “de superar o modelo industrial de produção herdado do capitalismo, (...) de reproduzir internamente o dinamismo tecnológico do capitalismo”<sup>X</sup>.

A partir de 1985 o “fenômeno Gorbachev” modificava o cenário internacional. As reformas em curso na URSS suscitavam grandes interesses e muitas dúvidas. Jamais indiferença. No meio do turbilhão as esquerdas encontravam-se perplexas. Atônitas, elas tinham enormes dificuldades para caracterizar as mudanças no antigo “monólito”.

Perestroika e Glasnost: “Duas palavras de (des)ordem”. Teoria e Debate recebia a notícia como “algo de novo na União Soviética”, “um fator de esperança”. Reivindicando os setenta anos da revolução russa, a publicação concordava com o líder da URSS e identificava na burocratização um grande obstáculo<sup>XI</sup>. No número seguinte, o debate continuava com as impressões de David Capistrano Filho e Luís Favre<sup>XII</sup>. O primeiro ressaltava o imenso significado político das reformas. O sucesso de Gorbachev ratificava a superioridade do sistema diante da propaganda burguesa sobre o fracasso do socialismo. Quanto às Talvez o pluripartidarismo continuasse improvável, pois as mudanças ocorriam através do partido e do Estado. Capistrano não acreditava na hipótese “das reformas abrirem caminho ao desenvolvimento do capitalismo” devido à liquidação da burguesia naquele país, à cultura socialista enraizada nos trabalhadores e à sua consciência quanto à superioridade do sistema. Setenta anos após a vitória do “outubro vermelho” discutia-se o futuro do socialismo na União Soviética.

Para Luís Favre, o PT devia apoiar todas as medidas de democratização como ponto de partida para reforçar a luta para acabar com a burocracia stalinista. Porém muitos caminhos estavam em disputa. Para numerosos militantes, as medidas representavam a correção dos “erros” do socialismo pelos dirigentes do PCUS, possibilitando a sua defesa por aqueles que haviam rompido com os PC’s.

Principais defensores da tese da revolução política, as correntes trotsquistas (IV Internacional) possuíam uma visão muito particular do processo. Baseando-se nas concepções do revolucionário russo Leon Trotsky, definiam a URSS como um estado operário degenerado, congelado na transição do capitalismo para o socialismo. Com a estrutura econômica estatizada, esses países eram dirigidos por uma casta burocrática,

instalada no poder desde os anos trinta, marco da vitória da contrarrevolução. Os prognósticos indicavam a emergência de uma crise, de crescentes mobilizações de massas que realizariam uma insurreição na URSS, liquidando os setores da burocracia. Assim, a implantação do socialismo democrático devolveria o poder político para as mãos dos trabalhadores. Para a Democracia Socialista (tendência associada ao Secretariado Unificado, um dos vários organismos autodenominado IV Internacional), os acontecimentos de 1989 confirmavam o início da revolução política. A retomada da construção do socialismo, em curto prazo, deixava de ser uma hipótese.<sup>XIII</sup>

Mas as avaliações sobre o “fenômeno Gorbachev” variavam. A DS separava o conteúdo da Perestroika e da Glasnost, vislumbrando nesta última alguns aspectos progressivos, além da necessidade do seu aprofundamento. Criticando essa visão – qualificada como um “apoio crítico” e uma “regressão política do Programa” (da IV Internacional) –, a Convergência Socialista (agrupamento afiliado à Liga Internacionalista dos Trabalhadores, e também fundadora do atual PSTU), condenava o conjunto das mudanças em curso naquele país. As reformas, desde o início, visavam ao objetivo de restauração capitalista<sup>XIV</sup>.

As análises das correntes trotsquistas, permeadas pelas esperanças de confirmação dos seus prognósticos, expressavam um sentimento ufanista em relação à realidade, apesar da incontestável ofensiva liberal. As gradações existiam, todavia as mesmas compreendiam a crise do Leste como o “fim das amarras” e a liberação de promissoras perspectivas para a utopia socialista.

A Convergência Socialista não admitia como uma possibilidade concreta a restauração capitalista ou o descenso na conjuntura internacional. Impressionada com a magnitude das mobilizações, ela afirmava, em tom categórico, que a crise na URSS havia aberto uma nova etapa, um novo “giro histórico”. Com a vitória da revolução política, “novos outubros” estariam na ordem-do-dia: “nunca o Leste foi tão favorável ao socialismo! Porque as massas estão em movimento, e um elemento fundamental da ideologia marxista é acreditar profundamente que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”<sup>XV</sup>.

Para o petista Wilson Muller, a interpretação do trotsquismo sobre os acontecimentos do Leste Europeu decorria de uma série de pressupostos existentes no “marxismo ortodoxo”: a existência de uma consciência socialista imanente entre os

trabalhadores, a desconsideração do apoio da sociedade civil às ditaduras burocráticas e a análise centrada quase que exclusivamente no Estado <sup>XVI</sup>.

Imbuídos ou não dos mesmos referenciais, a “teoria da confusão” tornava-se um elemento central para explicar porque as populações do Leste Europeu apoiavam decisivamente a restauração das economias de mercado em seus países. Ao se libertarem das amarras da burocracia, aqueles trabalhadores não cumpriam a sua “missão histórica” de realizar o socialismo com democracia. Pelo contrário, votavam em partidos restauradores, defendendo o retorno do modelo liberal e dos valores do mundo burguês. A “confusão” e as “ilusões” dos trabalhadores com o atraente capitalismo avançado abriam caminho para a contrarrevolução. Desvirtuavam o processo. Desfaziam a promessa.

1991. O golpe de agosto na União Soviética selava bem mais do que a sôfrega tentativa de setores do Partido Comunista para se manterem no poder. O mundo chegava ao fim de um ciclo aberto com a revolução russa de 1917 e fechado com o desaparecimento da primeira experiência socialista do planeta. O turbilhão de 1991 selava definitivamente o destino, pelo menos provisório, das esquerdas: elas mergulhavam numa trajetória defensiva. Necessitavam começar tudo de novo. E refazer a utopia socialista. Entretanto, as profundas mudanças não decretavam o "fim da história". O mundo estava marcado por muitas situações de instabilidade que antecipavam a ocorrência de movimentos sociais pelo planeta. Sem compartilhar das análises catastrofistas, Marco Aurélio Garcia observava um capitalismo com grandes dificuldades econômicas, traduzidas no plano social pelo desemprego, pobreza, migrações incontroláveis, marginalização, destruição do meio ambiente, movimentos racistas, xenofobias e fundamentalismos religiosos. A atualidade do socialismo, de uma perspectiva anticapitalista ou pós-capitalista, relacionava-se diretamente aos desdobramentos concretos do "capitalismo realmente existente" em escala mundial <sup>XVII</sup>.

### **Um passo à frente na construção do socialismo?**

O PT talvez tenha sido um dos pouquíssimos partidos das esquerdas mundiais que conseguiu sobreviver à débâcle do socialismo real, e passar pelos anos mais duros da ofensiva liberal sem sofrer enormes divisões ou o definhamento da sua base de apoio. Pelo contrário, ele cresceu durante toda a década de noventa.



Mas uma pergunta se coloca: apesar das importantes vitórias em pleno auge do neoliberalismo e do seu crescimento praticamente ininterrupto, o Partido dos Trabalhadores conseguiu preparar-se para enfrentar a crise do socialismo? Ou ele cedeu à ilusão de que a “fábula” contada não lhe dizia respeito?

A fase era conservadora e defensiva. A conjuntura indicava grandes dificuldades. Todavia, tal qual se encontravam, as esquerdas não seriam capazes de responder aos novos tempos. Havia a necessidade de uma profunda recomposição do projeto socialista. Dessa forma o debate e as definições efetivas do Partido dos Trabalhadores acerca do socialismo aconteceram em meio a mais grave crise das esquerdas mundiais. Este aspecto proporcionou um impacto decisivo sobre o desenvolvimento do seu projeto socialista. Do final do século XIX até as últimas décadas do século XX, a maioria das organizações do campo político das esquerdas formou e amadureceu as suas convicções numa época na qual o socialismo era uma referência essencial para aqueles que, partidários do modelo social-democrata ou comunista, almejaram mudar o mundo. Apesar dos terríveis períodos pelos quais passara o planeta, sabia-se pelo que lutar. E morria-se por esses ideais. Não foi bem assim com o PT. Desde a sua fundação, o movimento socialista internacional encontrava-se envolvido numa profunda crise: entre os comunistas, desde a morte de Stálin, os descaminhos do socialismo de tipo soviético. Na social-democracia europeia, as dificuldades diante das experiências de governo e das profundas transformações no sistema produtivo do capitalismo central.

A origem socialista do Partido dos Trabalhadores sempre suscitou significativas controvérsias. Mesmo que a proposta não tenha sido claramente incorporada no início da sua formação, desde cedo a agremiação confrontou-se com essa questão. O pensamento socialista, presente em seu interior, era forte demais para que fosse apenas uma expressão marginal. Mas o partido nascia, crescia e elaborava afirmações distintas sobre o seu próprio socialismo: “nem socialismo real nem social-democracia”. Essa palavra-de-ordem sintetizava o compromisso com o projeto de transformação, mas, sobretudo, o desejo de construir uma outra alternativa aos dois pólos tradicionais das esquerdas.

O mito do novo influenciava diretamente as elaborações do socialismo petista. Distinguiu-se a visão espontaneísta de que todas as respostas originavam-se da experiência concreta. Era o momento da práxis. Apreendida, muitas vezes, apenas como

a expressão das práticas cotidianas, desprezava-se uma outra dimensão que deveria ser indissociável, a da teoria. Se havia a reprodução de um messianismo operário, existia também um messianismo popular. A sapiência do povo bastava para o amadurecimento dos caminhos socialistas do PT.

Num sentido negativo, permanecia latente no Partido dos Trabalhadores a tendência à rejeição das heranças pregressas. De fato a discussão interna havia sido intensa, mas faltava encontrar o PT dentro daquele debate. De que forma as tradições comunistas, social-democratas, trabalhistas, anarquistas influenciavam o pensamento e a ação petista? Como os descaminhos, já perceptíveis, na gestão das prefeituras, na relação com os movimentos sociais e com os aparatos sindicais expressavam os impasses históricos das experiências socialistas? Concordando com Alexandre Fortes, essa repulsa teve como principal efeito “alimentar a ignorância em relação à história e à ideia, fundamentalista e prepotente”, de que o partido detinha a política correta e de que o seu futuro estava garantido<sup>XVIII</sup>. E isto parecia verdadeiro. Em meio ao turbilhão, o PT crescia. Politicamente, consolidando-se como uma das principais alternativas das esquerdas em âmbito internacional. Eleitoralmente e numericamente conquistando personalidades e postos estratégicos na institucionalidade.

Em relação às interpretações petistas acerca das sociedades do Leste europeu e da crise do socialismo real predominavam aquelas que negavam a sua natureza socialista, destacando-se as leituras centradas na tese da burocratização e da degeneração. Tendo como principal referência as avaliações do revolucionário russo Leon Trotsky, a concepção defendia a insustentabilidade do desenvolvimento do socialismo nos marcos nacionais. Ao não ocorrer revoluções sociais nos países capitalistas avançados, a revolução russa estava condenada ao isolamento internacional e à emergência de alguma forma de deformação burocrática.

Entretanto, na busca por novas respostas para a compreensão do fenômeno, indo além da tese da degeneração do Estado soviético, vários petistas enriqueceram as suas análises com novas abordagens. Os estudos baseados na cultura política, na sociologia histórica e na história social de autores como Eric Carr, Moshe Lewin e Alec Nove, emergiram para o plano central das análises as tensões contraditórias e as pressões sociais existentes na URSS.

Reconhecendo os distintos graus de apreensão, a ampla maioria dos petistas demarcava-se muito claramente da experiência soviética. Mesmo entre aqueles que

ressaltavam as importantes conquistas do regime, e reivindicavam os primeiros anos do socialismo na URSS, o balanço era negativo. Destacava-se também, numa dinâmica crescente, uma rejeição aos desdobramentos ocorridos, principalmente, a partir de outubro de 1917.

As batalhas entre as diversas interpretações sobre as primeiras nações socialistas do planeta também envolviam as heranças dos marxismos. No campo “marxista revolucionário” as divergências não eram menores. Elegendo a obra como o melhor método de análise das sociedades capitalistas e de construção de um projeto alternativo, um núcleo, mais “ortodoxo”, defendia a retomada da leitura original de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo para a sua renovação. Outras correntes advogavam a importância do influxo de novas leituras marxianas, acadêmicas ou não, e até mesmo de outras vertentes de pensamento para a elaboração de respostas condizentes aos desafios de uma realidade em profunda transformação.

As leituras “reformistas” – “revolucionárias” ou não – elaboravam questionamentos mais profundos aos marxismos. Inexistia, contudo, uma crítica homogênea. Sem desconsiderar a validade do mesmo enquanto uma teoria explicativa, elas ressaltavam muitas inadequações e a ausência de respostas às alterações do sistema capitalista no final do século XX. Portanto, a obra de Marx deveria ser modernizada e complementada à luz de novos conceitos e autores. Revisavam, por exemplo, a visão fatalista, o messianismo operário, a inevitabilidade do socialismo e a ideia de progresso presentes nos seus pressupostos. Havia também aqueles que, apesar de minoritários, evoluíram da necessidade de revisão dos marxismos para a defesa aberta do seu abandono. Muitos, formalmente, conservaram uma reverência a Marx, mas que já não possuía qualquer consequência prática para as suas formulações.

As interrogações a respeito da II Internacional também existiam. Originando-se de todos os campos do PT, elas eram expressivas. Mas faltava um balanço profundo sobre os partidos da social-democracia nos séculos XIX e XX. Um conhecimento histórico concreto sobre as experiências desenvolvidas por eles nos espaços de poder local e nos governos das suas respectivas nações. Em que medida os problemas existentes naquela via estavam presentes na tradição da III Internacional e no próprio marxismo? As demandas eram muitas para quem possuía como estratégia governar o Brasil e executar profundas transformações. Entretanto, o partido optava por esconder-se na definição genérica de “social-democratização”. Mas continuava ignorante em

relação aos seus desafios e impasses. Alguns petistas tentaram colocar questões mais significativas para as heranças da II Internacional: a incorporação da democracia e da via representativa na sua estratégia de poder, as políticas de reforma do Estado e de distribuição de renda, entre outras. Mas, em geral, elas também terminavam na tese dos “desvios”.

Em termos programáticos, o desfecho da primeira etapa da história do Partido dos Trabalhadores não significou a sua rendição à “ordem burguesa” com o abandono do socialismo, mas o amadurecimento de uma série de discussões abertas desde o V Encontro Nacional. Em meio às crises, perplexidades e enormes mutações verificadas no diverso campo das esquerdas mundiais – muitas vezes influenciado pelas concepções do triunfo do capitalismo e do surgimento de uma nova ordem mundial – o PT direcionou suas críticas a alguns conceitos clássicos marxianos e da tradição da III Internacional sem, contudo, aderir às teses das direitas. Contraditoriamente, a implosão do campo permitiu o desenvolvimento de novas temáticas, conceitos e autores, antes interditados ou “heréticos”, que contribuiu para a renovação do pensamento socialista petista. Assim, a não ser que todo o questionamento seja visto como uma “mudança de lado”, o PT saiu do I Congresso reafirmando o compromisso com o socialismo.

Entretanto a arena real dos embates encontrava-se fora do partido. Na sociedade. Assim a “incorporação do PT à ordem burguesa” não acontecia devido à adoção programática das teses “social-democratas”. Intolerante com a investigação analítica da realidade social e com a discussão teórica, o avanço do “pragmatismo”, na maioria das vezes destituído de qualquer viés ideológico, ditava crescentemente a dinâmica no que dizia respeito aos dilemas da ação concreta e cotidiana na institucionalidade, nos aparelhos de Estado e na máquina sindical. Eles aceitavam o desenvolvimento do debate de ordem doutrinária desde que este não interferisse nas questões práticas<sup>XIX</sup>. Era a resposta à impossibilidade de implantar num curto e médio prazo o socialismo no Brasil. Mas também era a expressão dramática das lacunas e impasses existentes no projeto estratégico petista.

Manifesto na convivência entre as várias leituras marxistas e não marxistas, nas profundas críticas, mas também na sustentação de determinadas experiências comunistas, como o caso cubano, o ecletismo existente no PT tornou-se um traço negativo da sua personalidade? É possível responsabilizá-lo pelos descaminhos da construção do seu projeto socialista? Seria ele a principal expressão da impossível

síntese petista, reforçando o seu caráter federativo? Nos primórdios da sua formação, uma qualidade bastante explorada que simbolizava a distinção da agremiação em relação ao monolitismo clássico das esquerdas comunistas. No final dos anos oitenta, “à esquerda” e “à direita”, a virtude transformava-se em pecado. Em vez de pluralidade uma cacofonia: esta impressão se reforça cada vez que a voz ruidosa de alguns grupos e tendências existentes no PT se faz ouvir mais do que a do próprio partido, produzindo uma cacofonia comprometedora<sup>XX</sup>.

Na percepção do crítico literário soviético Mikhail Bakhtin todo discurso está impregnado por uma multiplicidade de vozes de outros discursos. Havia uma polifonia em constante interação<sup>XXI</sup>. Pensando a partir deste conceito, mais do que dissonâncias inaudíveis, o ecletismo petista expressava uma grande modulação de tons existentes nas esquerdas, refutando a uniformidade, garantindo uma pluralidade singular. Dessa forma ele assumiu um sentido positivo, que permitiu ao partido passar pelos piores momentos da crise do socialismo real sem sofrer grandes convulsões. Paradoxalmente ele foi viabilizado pela desagregação do mesmo.

O ecletismo do PT apoiava-se em alguns pontos em comum. Mas, certamente, a convivência e a sobrevivência dessa pluralidade foram garantidas a partir da unidade forjada em torno da luta antineoliberal no Brasil e no mundo, da centralidade da conquista do governo federal e da bandeira da ética na política. Contraditoriamente, nos anos noventa, a tendência predominante no partido procurou dotá-lo de um discurso e de uma atuação mais homogênea, diminuindo os canais de participação e de expressão da sua pluralidade. Nos anos subsequentes ao I Congresso, o PT não conseguiu avançar e aprofundar as estratégias do socialismo petista. Assim, equilibrando-se entre as duas grandes tradições em choque no seu interior, a comunista e a social-democrata, o processo não proporcionou uma nova síntese.

## Notas

<sup>I</sup> Prof.<sup>a</sup> de História da Universidade Cândido Mendes e das redes públicas municipais do Rio de Janeiro e Distrito Federal. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Pós-doutoranda CPDOC-FGV.

<sup>II</sup> FORTES, Alexandre (org). *História e perspectivas da esquerda*. SP/Chapecó: Ed. FPA/ Argos, 2005.

<sup>III</sup> FEVEREIRO, José Luís. 1º Congresso - Balanço de uma disputa. *Teoria e Debate*, nº 18, 30/07/1992.

<sup>IV</sup> REIS, Daniel Aarão. Um mundo de ponta cabeça. *Teoria e Debate*, nº 8, out/nov/dez 1989.

<sup>V</sup> Ibid.

<sup>VI</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via. A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, nº 12, 1990.

<sup>VII</sup> MULLER, Wilson. Tradição/contradição—o pior cego é que não quer ver. *Teoria e Debate*, nº 12, 1990.

<sup>VIII</sup> FRANCO, Augusto de. Muito o que (des)fazer. *Teoria e Debate*, nº 9, 1990.

- <sup>IX</sup> TRAGTENBERG, Maurício. Reunificação Alemã. Passado que não Passa. *Teoria e Debate*, nº 13, 1991.
- <sup>X</sup> Teses sobre socialismo. Pré-Tese nº 5. in: *Jornal do Congresso do PT*, nº 2, junho de 1991. p. 14.
- <sup>XI</sup> EDITORIAL. Duas palavras de (des)ordem. *Teoria e Debate*, nº 1, 1987.
- <sup>XII</sup> CAPISTRANO FILHO, David e FAVRE, Luís. Duas maneiras de ver (e criticar) a “glasnost” e a “perestroika” soviéticas. *Teoria e Debate*, nº 2, 1988.
- <sup>XIII</sup> MACHADO, João. Pela tradição marxista. *Teoria e Debate*, nº 10, 1990. p. 15.
- <sup>XIV</sup> AZEVEDO, Ricardo. Qual é a tua, Convergência? Entrevista Valério Arcary. *Teoria e Debate*, nº 10, 1990.
- <sup>XV</sup> AZEVEDO, Op. cit.
- <sup>XVI</sup> MULLER, Op. cit.
- <sup>XVII</sup> GARCIA, Op. cit., 1992, nº 18.
- <sup>XVIII</sup> FORTES, Op. cit., p. 201.
- <sup>XIX</sup> REIS, Daniel A. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964 ....* Vol. 3, RJ: Civilização Brasileira, 2007. p. 445.
- <sup>XX</sup> GARCIA, Op. cit., 1990, nº 12. p. 38.
- <sup>XXI</sup> STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. SP: Ática, 1992.

## Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Ricardo. Qual é a tua, Convergência? Entrevista Valério Arcary. **Teoria e Debate**, nº 10, 1990.

CAPISTRANO FILHO, David e FAVRE, Luís. Duas maneiras de ver (e criticar) a “glasnost” e a “perestroika” soviéticas. **Teoria e Debate**, nº 2, 1988.

EDITORIAL. Duas palavras de (des)ordem. **Teoria e Debate**, nº 1, 1987.

FEVEREIRO, José Luís. 1º Congresso - Balanço de uma disputa. **Teoria e Debate**, nº 18, 30/07/1992.

FORTES, Alexandre (org). **História e perspectivas da esquerda**. SP/Chapecó: Ed. FPA/ Argos, 2005.

FRANCO, Augusto de. Muito o que (des)fazer. **Teoria e Debate**, nº 9, 1990.

GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via. A social-democracia e o PT. **Teoria e Debate**, nº 12, 1990.

MACHADO, João. Pela tradição marxista. **Teoria e Debate**, nº 10, 1990. p. 15.

MULLER, Wilson. Tradição/contradição—o pior cego é que não quer ver. **Teoria e Debate**, nº 12, 1990.

REIS, Daniel A. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964 ....** Vol. 3, RJ: Civilização Brasileira, 2007. p. 445.

REIS, Daniel Aarão. Um mundo de ponta cabeça. **Teoria e Debate**, nº 8, out/nov/dez 1989.

STAM, Robert. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa**. SP: Ática, 1992.

Teses sobre socialismo. Pré-Tese nº 5. in: **Jornal do Congresso do PT**, nº 2, junho de 1991. p. 14.

TRAGTENBERG, Maurício. Reunificação Alemã. Passado que não Passa. **Teoria e Debate**, nº 13, 1991.